

## **O BLOCO DO BACALHAU: PROTESTO RITUALIZADO DE OPERÁRIAS NA BAHIA<sup>1</sup>**

Cecilia M. B. Sardenberg  
NEIM/UFBA

### **Introdução**

Até fins dos anos 40, o sábado de carnaval era um dia muito especial para as operárias da Fábrica São Braz, uma antiga fábrica de tecidos localizada no Subúrbio de Plataforma, em Salvador. Era nesse dia que as operárias ‘botavam’ o Bloco do Bacalhau nas ruas abrindo as comemorações momescas no bairro. Assim, ao invés de correr direto para casa tão logo soassem os apitos anunciando o fim da jornada, as mulheres se reuniam nos portões da fábrica. E mesmo exaustas e suadas depois das longas horas labutando sob forte calor e o barulho ensurdecedor das máquinas, elas não escondiam sua alegria. É que suas energias se renovavam quando a banda do bloco chegava e começava a tocar. Daí, dançando e cantando ao ritmo dos acordes da banda, as mulheres percorriam as ruas do bairro angariando aplausos e seguidores por todo o percurso. O cortejo subia a longa ladeira que ia da fábrica até a Praça São Braz e volteava-a algumas vezes, antes de

---

<sup>1</sup> Trabalho publicado em: Ana Alice Costa & Ívia Alves (orgs.), *Ritos, Mitos e Fatos: Mulher e Gênero na Bahia*. Salvador: NEIM/UFBA, Coleção Baianas (1), 1997, pp.:15-38. Este trabalho foi redigido originalmente em inglês e apresentado ao 95th Annual Meeting da American Anthropological Association, realizado de 21-26 de novembro de 1996, em San Francisco, California. Trata-se de um resumo bastante abreviado da minha tese doutoral, defendida em dezembro de 1996 no Departamento de Antropologia da Boston University, em Boston, Estados Unidos (Sardenberg 1997). Nesta versão, beneficiei-me tanto dos comentários apresentados pelos membros da minha banca examinadora—composta pelos Profs.Drs., Jenny White, Susan Eckstein, Regina Blaszczyk e, em especial Sutti Ortiz, minha orientadora, e Charles Lindholm, segundo leitor—quanto dos participantes da sessão ‘New Perspectives on Working-Class Experiences in Brazil’, do referido congresso. Sou agradecida a todos, bem como às minhas companheiras do NEIM pelo incentivo e apoio de sempre, às minhas antigas alunas, Samira Bevilaqua, Cleuze Carvalho, Sayonara Castellucci, Maria Atília Fraga e Ana Cristina Chaves que participaram em diferentes momentos do trabalho de campo referente ao meu

ali se dispersar no meio do povo e da folia. Mas a banda continuava a tocar até altas horas da noite, alegrando para todos a festa de abertura do carnaval em Plataforma.

Carnaval, o grande festival popular celebrado por todo o Brasil na semana que antecede a quaresma, é amplamente reconhecido mundo afora como a *“principal e mais eloqüente expressão da cultura popular brasileira”* (Linger 1992:8). No Brasil, o carnaval é ‘símbolo da totalidade nacional’, apresentando-se *“como o sinal da fraternidade étnica, como uma prática que supera todas as barreiras econômicas e outras, como uma fonte de saudável prazer para a população e, finalmente, como um belíssimo superespetáculo em que se manifestam os dotes de imaginação estética dos nacionais”* (Pereira de Queiróz 1987:723). Não ao acaso, portanto, o carnaval figura como ponto de pauta nos estudos e reflexões sobre identidade cultural brasileira (Da Matta 1986, 1979, Linger 1992, Parker 1991).

Mas trata-se também de um festival de ‘catarse coletiva’ em que, a bem ou mal, tem lugar uma inversão temporária da ordem social prevalente (Da Matta 1979). Ricos pagam para ver o povo das favelas e dos morros desfilando com ‘plumas e paetês’ pelos ‘sambódromos das cidades; homens vestidos de mulher afrontam os ditames dos bons costumes brincando em celebração à ‘brasilidade’; gente que é ‘séria’ durante o ano todo entrega-se nos dias de carnaval aos prazeres da música e da libertinagem, sempre regada com muito ‘suor e cerveja.’ Por tudo isso, o carnaval desfruta também uma atenção muito especial nas elaborações teóricas sobre rituais (Turner 1983), sobretudo no que se refere aos rituais de rebelião e de conflito (Linger 1992). Isto é, o carnaval enquadra-se dentre *“aquelas celebrações anuais contendo episódios de ridículo, ameaça, assalto, rivalidade ou outros conflitos que, seja solenemente ou jocosamente representados, em outros momentos não são prescritos, esperados, ou vistos como apropriados”* (Dirks 1988:857). Não é à toa que no Brasil se diz “no carnaval vale tudo.”

---

projeto de tese e, de maneira muito especial, à Claire Cesareo, companheira na organização e coordenação da sessão da AAA/96 e minha interlocutora principal na concepção deste trabalho.

Como outros brasileiros, o povo de Plataforma também acredita nessa máxima. Mas na memória dos antigos residentes, o Bloco do Bacalhau permanece como uma manifestação alegre e pacífica, emblemática dos velhos tempos quando o bairro ainda era uma vila operária, afastada do centro e dos problemas ligados à urbanidade. Não raro, aliás, o bloco é citado como exemplo da harmonia reinante nos velhos carnavais de Plataforma, quando ainda não havia ‘trios elétricos’ mas ainda se podia ‘brincar’ sem medo da violência que toma conta das festas atuais. Essa ‘harmonia’ é enfatizada sobretudo pelas antigas operárias. Para elas, o Bacalhau representa o espírito de amizade e solidariedade que afirmam ter caracterizado as relações entre as ‘colegas’ da fábrica, e que se estendiam para além do seus muros. Conforme declarou uma das antigas integrantes do bloco: *“Havia muita camaradagem entre as colegas, a gente sempre brincava junto no Bacalhau, a gente era tudo vizinho.”*

Por certo, não se há que duvidar dessa solidariedade e coleguismo, tampouco questionar as alegres lembranças que ficaram do Bacalhau na memória social do bairro. Entretanto, quando se reflete sobre a ‘performance’ das operárias no bloco à luz das relações sociais de gênero, classe e vizinhança que, no passado, teciam a vida cotidiana no bairro e na fábrica, o Bacalhau assume outros contornos. Neste trabalho, pretendo demonstrar que no bom estilo dos rituais de rebelião, essa ‘performance’ expressava de forma jocosa e ambígua, o protesto das operárias contra o regime patriarcal então vigente, reafirmando, entremeio as brincadeiras do carnaval, o importante papel por elas desempenhado na economia doméstica e na construção das relações de vizinhança no bairro.

Para melhor fundamentar meu argumento, retraço inicialmente a história da Fábrica São Braz, destacando, no particular, a organização ‘patriarcal’ do trabalho na fábrica e como isso se contrapunha à realidade doméstica. Em seguida, discuto as formas de protesto ‘formais’ lideradas pelos sindicatos, chamando atenção para a marginalização das mulheres nessas ações e, ao mesmo tempo, para a solidariedade consolidada entre

mulheres tanto na fábrica quanto no espaço do bairro. Retomo, então, a discussão sobre o Bloco do Bacalhau, redimensionando-a em termos de algumas perspectivas teóricas sobre rituais de rebelião e, assim, refletindo sobre as diferentes interpretações possíveis sobre a 'performance' das operárias no bloco.

### **Fábrica e Família**

Sabe-se que nos seus primórdios, a história do surgimento do sistema fabril se emaranha de tal forma no forjar-se da manufatura têxtil, que torna-se muitas vezes quase impossível, senão desaconselhável, tentar separar esses processos (Pereira 1979). Isto é verdade tanto para a "História da Indústria" quanto para as 'histórias' da industrialização em diferentes países. Em grande parte dos casos, foi justamente o aparecimento das primeiras fábricas têxteis que marcou os surtos iniciais de ascensão da indústria (Mantoux 1961). Da mesma forma, foram os trabalhadores dessas fábricas— homens e, principalmente, mulheres e crianças--que incorporaram as primeiras fileiras do operariado urbano, muitos deles vivendo em alojamentos especiais ou em vilas operárias.

A história da industrialização no Brasil não fugiu a essa regra. Ela também se atrela ao surgimento das primeiras fábricas têxteis, sendo que os primeiros surtos desse processo se deram na Bahia, em meados do século passado. De fato, em 1880, cerca de um terço das fábricas de tecidos então operantes no país, estavam localizadas no Recôncavo Baiano, a maioria em Salvador e seus arredores, respondendo elas por cerca de 35% da produção têxtil nacional (Stein 1957, Azevedo & Lins 1969). Entretanto, esse primeiro período de efervescência da industrialização na Bahia teve vida breve. Por volta de 1889, quando se deu a Proclamação da República, o centro da produção têxtil no país já se deslocara para os estados do centro-sul, primeiro Minas Gerais e depois Rio de Janeiro e São Paulo, onde iria desabrochar de forma acelerada (Dean 1969, Cano 1977). Embora novas fábricas continuassem a ser criadas em Salvador, em 1907 a Bahia já figurava entre

os estados de menor expressão no panorama nacional no que se referia à produção têxtil. Essa situação se agravou depois de 1910 quando o ritmo em que novas fábricas eram estabelecidas no estado diminuiu consideravelmente, tornando-se ainda mais acentuada a partir de 1920. Nas décadas que se seguiram, a Bahia vivenciou um período de estagnação industrial—ou de “involução industrial” (Tavares 1965)—marcado sobretudo pela deteriorização e decadência das velhas fábricas de tecidos.

Somente na década de cinquenta, com a descoberta do petróleo na costa baiana e posterior criação da Petrobrás, foi que tal situação começou a se reverter. A descoberta de petróleo na região pavimentou o caminho para novos investimentos industriais e desenvolvimento regional, incorporando a Bahia aos novos padrões de acumulação capitalista como um dos espaços regionais por onde vem se alastrando o processo de internacionalização do capital no país (Faria 1980, Oliveira 1987). Entretanto, a revitalização da economia local não beneficiou a indústria têxtil tradicional; ao contrário, selou seu fenecimento. A crescente importância da economia baiana na divisão inter-regional do trabalho demandou a construção de novas estradas ligando a Bahia aos estados do sul do país. Isso facilitou consideravelmente a circulação, no mercado baiano, de mercadorias ali produzidas, intensificando uma competição bastante desvantajosa para a indústria têxtil local (Oliveira 1988). Trabalhando com máquinas mais antiquadas, produtos de qualidade inferior e sem grandes incentivos para modernizar as fábricas, a indústria têxtil baiana tradicional não conseguiu responder às demandas do mercado (Faria 1980). Ademais, com o desenvolvimento da indústria petroquímica na região, os interesses se voltaram para a produção de fibras e tecidos sintéticos, o que requeria nova tecnologia, novas máquinas e mão-de-obra especializada (Franco 1983). Ao lado dos altos incentivos fiscais e moderna infra-estrutura oferecida à instalação de indústrias no Centro Industrial de Aratu, criado nos anos 70, isso contribuiu para que se tornasse muito mais vantajoso, para os industriais do ramo, desativar as velhas fábricas de tecidos de algodão e investir na produção de sintéticos. Assim, a

partir de fins da década de 50, foram sendo silenciados os velhos fusos e teares (Franco 1983).

A história da Fábrica São Braz reflete os diferentes momentos desse processo. Fundada em 1875 pelos irmãos Manoel Francisco de Almeida Brandão e Antonio Francisco Brandão Jr., em 1891 a fábrica tornou-se parte da Companhia Progresso Industrial, criada naquele ano como sociedade anônima sob a direção de Antonio Francisco Brandão Jr., que incorporou também as fábricas Paraguassu, Pilar (também conhecida por Bonfim) e São João (Pinho 1960:69). No início da década de 30, quando quedas nos lucros promoveram o fechamento de mais fábricas e o surgimento de novas corporações, a Progresso Industrial, já então nas mãos da família Martins Catharino --que também compunha a maior parte dos acionistas da Companhia União Fabril, igualmente fundada em 1891--, foi incorporada a esta última, surgindo assim a Companhia Progresso e União Fabril da Bahia, S/A, tendo à frente Bernardo Martins Catharino, o *Comendador* Catharino, como seu diretor-presidente (Sampaio 1975).

A documentação pertinente à fusão das duas companhias dá conta de um rico patrimônio no qual se incluíam vastas extensões de terra pela cidade, particularmente na área hoje conhecida como Subúrbio Ferroviário onde se localiza Plataforma. Nesta localidade, além das instalações da fábrica, de uma escola e de outras edificações na área, a Progresso e União Fabril também detinha sob sua propriedade lotes, terrenos e mais de 300 casas alugadas à operários e suas famílias. Entretanto, das seis fábricas que haviam sido incorporadas pela antiga Companhia União Fabril em 1891, somente quatro figuravam no inventário de 1932 sendo que, duas delas, a Queimado e a Nossa Senhora da Penha, já se encontravam desativadas.<sup>2</sup>

---

<sup>2</sup> Segundo relacionado na "Acta da primeira assembléia geral dos subscriptores da Companhia Progresso e União Fabril da Bahia S/A, realizada em 28 de novembro de 1932", foram incorporadas as fábricas São Braz, Bonfim, Paraguassu e São João, de propriedade da Companhia Progresso Industrial, bem como as fábricas Conceição, São Salvador, Queimado e Nossa Senhora da Penha, pertencentes à Companhia União Fabril (*Livro de Actas da Companhia Progresso e União Fabril da Bahia S/A*).

Gradualmente, nas décadas seguintes, o mesmo destino seria dado às demais fábricas da nova companhia.

Figurando como a maior e mais produtiva dessas fábricas, a São Braz resistiu até 1959, ano em que foi fechada e todos os empregados demitidos. No ano seguinte, a fábrica foi reativada mas empregando apenas metade da força de trabalho de antes. Em 1967, a fábrica foi arrendada à Fábrica de Tecidos Fátima, passando a chamar-se Fatbraz, S.A. Mas operou sob esse nome por pouco tempo: em 1968, ela foi fechada novamente, não sendo mais reativada desde então (Bevilaqua 1992:36).

Por grande parte da sua história, a Fábrica São Braz funcionou sob o sistema 'fábrica com vila operária' (Leite Lopes 1988), alugando casas de propriedade da companhia aos operários e suas famílias e oferecendo acesso a uma cooperativa para aquisição de alimentos, roupas e outros bens de consumo para desconto em folha, além de uma creche para os filhos das operárias e uma escola para as crianças do bairro. Isso permitiu que os donos da fábrica assumissem um duplo papel—o de locador e o de empregador--servindo-se assim de um duplo mecanismo de exploração e controle sobre a força de trabalho. Ao lado dos lucros acumulados através da extração da mais valia, serviam-se também da renda do aluguel de casas e lotes, geralmente descontado diretamente do salário dos empregados.<sup>3</sup> Ao mesmo tempo, a conjunção dos papéis de empregador/proprietário, contribuía para que exercessem maior poder sobre o trabalhador/inquilino, forçando este último a um papel ainda mais subserviente para não colocar em risco seu emprego e, assim, o local de moradia da família.<sup>4</sup>

---

<sup>3</sup> Para uma discussão mais aprofundada sobre os aspectos econômicos dessa 'dupla exploração', veja-se Blay 1985.

<sup>4</sup> Esse entremear de papéis e relações correspondentes, portanto, dava lugar a uma forma de *servidão burguesa*. Conforme observou José Sérgio Leite Lopes (1988:15-22), diferente do 'proletário clássico da revolução industrial', no sistema 'fábrica com vila operária', o trabalhador era só parcialmente 'livre', vez o capitalista exercia controle não apenas sobre a esfera de trabalho, como também sobre a chamada esfera da reprodução. Note-se, porém, que esse controle não emanava unicamente de obrigações estritamente econômicas contidas nos contratos de trabalho e/ou aluguel, nem era sempre imposto pelo uso da força. Ele se fundamentava igualmente num código de direitos e obrigações clientelistas estabelecido entre as partes, código este próprio à dominação paternalista (Dean 1969).

Vale portanto enfatizar que uma das características principais das 'fábricas com vilas operárias', residia precisamente no fato de que elas não se constituíam apenas como 'espaços de produção' mas também de reprodução da força de trabalho. Mais que isso, elas não se apresentavam simplesmente como um lugar onde as pessoas buscavam e encontravam emprego, mas também onde "*...homens e mulheres se apaixonavam, se casavam, criavam seus filhos e se aposentavam na velhice*" (Hall et alli 1987:114). Ademais, para muitos que viviam ou procuravam moradia pertencente às fábricas nessas vilas no passado, um sistema de trabalho familiar se impunha. Em troca de casas para moradia, a família deveria oferecer a força de trabalho de seus membros para a fábrica. Entretanto, quais e quantos membros dessas famílias deveriam de fato trabalhar nas fábricas em obediência a tais estipulações, e quem ou quantos, em contrapartida, compartilhariam dos frutos desse trabalho encarregando-se das tarefas necessárias à reposição física diária e social dessa força de trabalho, têm variado consideravelmente. Tudo isso tem dependido não apenas das vagarias e demandas das economias nacionais e como se refletem nos mercados de trabalho locais, mas também da composição dos grupos domésticos em questão e das necessidades, possibilidades e preferências dos seus membros (Parr 1990:03).

A moral familiar burguesa tem sustentado os princípios básicos do modelo de família patriarcal, propondo que ao homem/marido/pai, caiba o papel de chefe da família e do grupo doméstico alocando-lhe a responsabilidade de provedor. A mulher/esposa/mãe e os filhos seriam a parte dependente, compartilhando os frutos do trabalho do chefe. Tradicionalmente, entretanto, a indústria têxtil tem se caracterizado como um dos principais redutos da força de trabalho feminina, tendência esta também verificada no Brasil, tanto hoje como no passado (Moura 1982, Pena 1981, Saffioti 1981). E ela se mostra particularmente marcante em situações de vilas operárias dada a possibilidade de se conciliar, mais facilmente, o

trabalho doméstico com a atividade fabril. Nas palavras de Maria Rosilene B. Alvim:

*Em uma situação de vila operária têxtil o trabalho feminino vai ser incentivado de forma dupla. Por um lado, a proximidade do trabalho em relação à moradia vai facilitar o trabalho de mulheres com filhos na medida em que não terão que consumir muito tempo entre a saída da unidade doméstica para a unidade industrial e vice-versa. Por outro lado esta alternativa de trabalho feminino industrial é garantida pela importância da mão de obra feminina demandada pelas fábricas têxteis (1979:100).*

Embora haja fortes indícios de que desde a sua criação a Fábrica São Braz também tenha dependido largamente do trabalho feminino, pouca informação restou sobre a natureza da força de trabalho ali empregada durante as primeiras décadas da sua história. Aparentemente, a exemplo do que ocorria em outros estabelecimentos fabris norte-nordestinos, até a década de trinta--ocasião em que foi criado o Ministério do Trabalho e tornou-se obrigatório o registro de informações detalhadas sobre os trabalhadores de uma empresa—a fábrica não dava grande importância à compilação de tais informações.<sup>5</sup> Pelo menos, na medida do que foi possível verificar, a documentação mais antiga encontrada nos arquivos da Companhia Progresso e União Fabril da Bahia relativa aos empregados da Fábrica São Braz, data de 1935, ano limite para o início do cumprimento da legislação pertinente em vigor. A partir desse ano, entretanto, a documentação é bastante rica e detalhada, confirmando claramente a tendência aludida anteriormente.

De fato, a análise tanto dos Livros de Férias quanto das informações contidas nos registros de empregados da fábrica, revela a presença predominante das mulheres. Em 1945, por exemplo, elas representavam 83,5% dos trabalhadores ali empregados, sendo que dentre aqueles trabalhando nas linhas de produção (como fiandeiros, tecelões e em ocupações diretamente relacionadas), a presença feminina era ainda mais

---

<sup>5</sup> Deve-se ao artigo no.42 do Decreto no.20.291, assinado por Getúlio Vargas em 08/12/1931, a obrigatoriedade do registro de empregados e fornecimento das informações ao Ministério do Trabalho (Pereira dos Santos 1937:38).

expressiva, chegando à cifra de 91,2%. Além disso, as informações referentes às mulheres incluídas numa amostra de 385 fichas de empregados, dão conta de que esse contingente feminino era bastante homogêneo: 49.7% das mulheres tinham menos que 25 anos de idade, 82.8% residiam em Plataforma, 40.3% haviam nascido ali mesmo e 84.5% eram negras ou pardas (Sardenberg 1997). No entanto, malgrado essa superioridade numérica de mulheres, jovens e negros nas linhas de produção, a hierarquia de comando na fábrica era essencialmente masculina, branca e constituída sobretudo por gente de meia idade, seguindo de perto os preceitos da divisão patriarcal do trabalho.

Com efeito, homens brancos detinham todas as posições de supervisão, inclusive as de *mestre* e *contramestre*, exercendo suas funções com autoritarismo patriarcal e, não raro, valendo-se da sua posição para assediar sexualmente as operárias sob seu comando. Conforme testemunhou uma ex-operária 'seduzida e abandonada' por um dos contramestres do qual teve um filho: "*Eles tratavam todo mundo com muita brutalidade, eles pisavam nos pequenos.*"

A ideologia patriarcal também encontrava expressão na 'naturalização' da divisão sexual no processo de trabalho, manifestando-se na prática de alocação de tarefas e ocupações de acordo com os supostos 'atributos naturais' dos sexos. Assim, aos homens eram reservadas não apenas as funções de comando mas também as que envolviam os trabalhos supostamente 'mais pesados', ao passo que às mulheres cabiam as tarefas repetitivas e monótonas, ou que exigissem maior destreza e atenção. Ademais, como uma extensão do seu papel de 'educadoras' na família, ficava também sob a responsabilidade das mulheres o treinamento de menores e aprendizes. Da mesma forma, isto é, tomando por base a suposta dependência econômica da mulher na família e, assim, a noção de que a renda feminina era apenas 'complementar', a fábrica pagava às mulheres salários proporcionalmente inferiores aos conferidos aos homens. Isso passava despercebido porquanto os salários eram pagos na base da

'produtividade' e acreditava-se que os homens produziam sempre mais que as mulheres. O que não era de todo errôneo vez que, segundo foi possível calcular com base nos dados da produção semanal por trabalhador, em média, a produção masculina era de fato ligeiramente superior a das mulheres.<sup>6</sup> Entretanto, havia mulheres que produziam tanto ou mesmo mais que os homens, sem contudo receber salários iguais. A diferença residia na tarifa básica sobre a qual calculavam-se os salários: Cr\$0,23 em média para os homens, e apenas Cr\$0,20 para as mulheres, o que certamente explica a preferência da fábrica pelo trabalho feminino.<sup>7</sup>

Por outro lado, desigualdades de gênero eram também evidentes na total ausência de oportunidades de progressão para as mulheres em contraste ao que se oferecia aos homens e, sobretudo, na domesticação das jovens para que exibissem o comportamento 'dócil' de subordinação esperado do sexo feminino. Isso se expressava nas muitas instâncias de demissão sumária aplicadas às mulheres que agissem de forma 'indisciplinada'. No caso das mulheres, atos de indisciplina poderiam resumir-se apenas no fato de conversarem muito com as colegas durante a jornada, se ausentarem do seu local específico de trabalho indevidamente ou de permanecerem no banheiro por mais tempo do que era estipulado. Aplicava-se, porém, um *standard* duplo vez que uma latitude maior de tolerância era exercida em relação aos homens. Com base na noção de que eles eram 'naturalmente' mais indisciplinados que as mulheres, punia-se suas brigas e/ou brincadeiras durante o horário de serviço mais comumente com suspensões, reservando-se as demissões somente para as faltas ditas 'graves'.<sup>8</sup>

---

<sup>6</sup> Por exemplo, na última semana do mês de Maio de 1945, as mulheres produziram, em média, 283,23 metros de tecido, enquanto a média de produção dos homens na mesma semana foi de 295,22 metros (Sardenberg 1997:136).

<sup>7</sup> Na última semana do mês de Maio de 1945, a tecelã Euzelina Santos produziu um total de 789 ms., recebendo a quantia de Cr\$116,60 na semana, que já incluía uma bonificação de Cr\$41,80 correspondentes a 15% pagos por cada metro produzido acima da quota mínima de 60 ms por semana. No entanto, embora Euzelina tenha sido quem mais produziu naquela semana, ela recebeu menos que o tecelão João Batista. Apesar de ter produzindo 351 ms., ou seja, menos da metade da quantia produzida por Euzelina, João Batista recebeu Cr\$152,70, incluindo uma bonificação de Cr\$50,20. A diferença de salários residia na diferença das tarifas básicas: Cr\$0,29 por metro produzido para João Batista, mas apenas Cr\$0,15 para Euzelina (Sardenberg 1997:136-137).

<sup>8</sup> Por exemplo, na ficha de empregado do aprendiz de fiandeiro Milton Alencar, estão registradas quatro suspensões—por brigar com um colega, passar graxa na cabeça de outro, dormir atrás da sua

Sem dúvida, tudo isso nos leva a concluir que se de um lado, o emprego de mulheres na fábrica quebrava com a ideologia da 'domesticidade' feminina defendida pela moral familiar burguesa, por outro, a divisão sexual do trabalho e as demais desigualdades de gênero postas em prática no local de trabalho, sustentavam tal princípio, assegurando às mulheres uma posição subordinada.

Mas, ressalte-se, uma situação contrastante—até mesmo contraditória—tinha lugar no espaço doméstico. Na verdade, a preferência da fábrica pelo trabalho feminino, tinha efeito contraditório: contribuía para o enaltecimento da importância da mulher no grupo doméstico. De fato, nas famílias estudadas, as ocupações exercidas pelos homens eram geralmente instáveis e temporárias, raramente oferecendo-lhes um 'salário família', o que obrigava outros membros do grupo doméstico-familiar a buscarem emprego ou outras formas de geração de renda. Ao mesmo tempo, a maior demanda pela mão de obra feminina por parte da fábrica, promovia a entrada das mulheres no mercado de trabalho, muitas ainda quando meninas. Além disso, a proximidade entre 'casa' e 'fábrica' (ou seja, entre os espaços de produção e da reprodução), aliada à possibilidade de gozarem de licença maternidade, de colocarem os filhos na creche e de contarem com a ajuda de outras mulheres na família bem como das vizinhas e comadres, permitia que as mulheres continuassem a trabalhar através da sua vida reprodutiva.

Através do emprego na fábrica, as mulheres tinham acesso a uma casa da companhia, alugada em seu nome, além de receberem um salário que lhes possibilitava contribuir, senão com maior peso, por certo com maior regularidade para o orçamento doméstico. Isso tornava os demais membros do grupo doméstico dependentes das mulheres. Assim, apesar da ideologia da 'domesticidade' feminina ser posta em prática no espaço da fábrica ou mesmo de ser sustentada a nível das representações no âmbito

---

máquina e, novamente, discutir com um colega--, nenhuma delas resultando em demissão. Em contrapartida, nas fichas das jovens Edina Pires, Gersi Pessoa, Tereza de Almeida, Odete Lopes dos Santos e Eunice C. de Oliveira, verifica-se que uma única suspensão por 'indisciplina' resultou em demissão.

doméstico-familiar nas quais o papel de ‘provedor’ cabia aos homens, nas famílias estudadas esse papel era mais comumente assumido pelas mulheres. Note-se, porém, que tal situação não alterava a divisão sexual do trabalho na esfera doméstica, vez que as tarefas ditas ‘domésticas’ continuavam a ser da responsabilidade das mulheres. Entretanto, ao oferecer-lhes, maior independência econômica, o trabalho das mulheres na fábrica contribuía para minar a autoridade do pai/marido e destarte, para o estabelecimento de relações de gênero mais igualitárias no âmbito das famílias.

Para tanto, contribuía também a alta incidência de uniões consensuais, comum entre as camadas populares baianas no período (Borges 1992). Mesmo que algumas dessas uniões fossem de fato longas e, eventualmente, legalizadas, a prática da ‘monogamia em série’ —ou seja, de mulheres cohabitarem com diferentes companheiros ao longo da vida--não era algo incomum entre as operárias.<sup>9</sup> Isso era reforçado—ao mesmo tempo em que reforçava--a tendência ao estabelecimento de unidades domésticas compostas por famílias extensas matrifocais, uma prática também bastante comum entre as camadas populares baianas, tanto no passado (Borges 1992) quanto na atualidade (Woortmann 1987). Mesmo depois de casadas ou de outra feita tendo companheiros, filhas permaneciam morando com suas mães. A preferência pelo trabalho feminino na fábrica e a dependência de mães no auxílio das filhas e, mais tarde, destas em suas mães para darem conta das tarefas domésticas e do cuidado com os pequenos, contribuía para a observância de tal prática, de sorte que a posse das casas passava de mães para filhas.<sup>10</sup> Por sua vez, a prática da ‘matrilocalidade’ pós-marital enfraquecia os laços conjugais, garantindo às mulheres maior autonomia e o

---

<sup>9</sup> Durante o trabalho realizado em Plataforma, foram registradas as histórias de vida de dezessete (17) antigas operárias. Dentre elas, somente três tiveram apenas um companheiro em suas vidas, ao passo que cinco (5) tiveram mais de dois.

<sup>10</sup> Do total de dezessete (17) antigas operárias cujas histórias de vida foram registradas, nada menos que quinze (15) afirmaram ser a casa onde moram de sua propriedade, sendo que destas quinze, sete ‘herdaram’ a casa de suas mães. Duas delas, aliás, moram na mesma casa em que viveram suas avós, também antigas operárias da fábrica.

apoio das outras mulheres do seu grupo doméstico no sentido de contestar a autoridade patriarcal dos companheiros.<sup>11</sup>

Fora do grupo doméstico, as mulheres também encontravam força nas redes de vizinhança que elas mesmas teciam. A confluência dos espaços de moradia com o de trabalho, dava margem a uma maior convivência entre elas, até mesmo na realização das tarefas domésticas. A não existência de uma infra-estrutura urbana, tal como água encanada nas casas, por exemplo, obrigava operárias e donas de casa a se deslocarem para as fontes e rios, transformando-os em espaços de sociabilidade feminina. Ademais, vizinhas acudiam umas as outras em momentos de necessidade, muitas vezes sedimentando essa ajuda mútua em relações de compadrio.<sup>12</sup> Conforme declarou uma das antigas operárias: “*A gente aqui era como uma grande família.*”

### **Gênero, Classe e Protesto**

. Não seria de todo exagerado afirmar que essa noção de ‘família’ era reforçada—ao mesmo tempo em que reforçava—a reprodução do paternalismo industrial. Na verdade, o estudo em questão demonstrou que o sistema de capitalismo patriarcal que caracterizou a indústria têxtil no Brasil nos seus primórdios, manteve-se vivo na Bahia durante a primeira metade deste século. Na Fábrica São Braz, esse sistema baseou-se não apenas na concentração do capital industrial e propriedade da terra em Plataforma nas mãos da família Catharino, mas também no pleno exercício da dominação paternalista. Além de oferecer moradia, escola, a cooperativa e outras

---

<sup>11</sup> Observando padrões semelhantes no Rio Grande do Sul, Cláudia Fonseca (1989:105) assim observou: “Ao que tudo indica, as unidades nucleares se diluíam nesses grupos consangüíneos onde as lealdades fortes e duradouras contrastavam com a precariedade do laço conjugal”. Para uma discussão de padrões dessa ordem verificados no Rio de Janeiro, veja-se Sidney Chaloub 1986.

<sup>12</sup> Assim declarou uma antiga operária: “...tomar conta dos meus meninos, das minhas comadres, porque eu tenho 45 afilhados. Eu tomava conta dos meninos, ao invés de dar a outra pessoa prá batizar, me dava a mim porque sabia que eu tinha aquele carinho com criança...”. E sobre a solidariedade das vizinhas, atestou outra: “Eu mudei de lá do Largo do Tanque e vim morar aqui em Plataforma, no Velho Monte. Aí foi melhor prá mim, porque eu deixava a menina em casa e as vizinhas eram muito boa, ficavam cuidando dela e quando chegava meio dia, eu vinha correndo e dava almoço a ela e tornava a voltar. E quando dava 4:00 hs., eu vinha para casa. O pessoal do Velho Monte foram uns vizinhos muito bom, elas cuidavam dela muito direitinho.”

'benesses' para as operárias, operários e suas famílias, patrocinando também diferentes eventos na vida social da comunidade, durante a época do *Comendador* Catharino, a companhia patronal, na pessoa do próprio *Comendador*, promovia a 'dramatização da dominação'.<sup>13</sup> Todos os anos, na data do seu aniversário, era celebrada uma missa na Igreja de São Braz à qual compareciam o *Comendador* e toda sua 'família'—filhos, demais parentes e operários. Nessa data, os operários também recebiam o 'café da companhia' —um salário semanal extra, em celebração ao aniversário do seu 'patrono'.

Malgrado essas 'benesses', as condições de trabalho na fábrica eram deploráveis, os salários irrisórios e o código de conduta imposto aos empregados rígido e enforcado com igual rigidez. Como se viu anteriormente, de um modo geral violações ao código eram punidas com suspensões, muitas vezes seguidas de demissões. Mas tais punições ficavam ao encargo daqueles nos postos inferiores de comando, preservando a imagem de 'patrão benevolente' construída ao redor do *Comendador* Catharino. Aliás, ainda hoje, ele é rememorado por alguns dos antigos operários como 'o pai de Plataforma.

O seu falecimento ocorrido em 1944, coincidiu com o momento em que, em resposta às demandas de mercado da Segunda Guerra Mundial, a produção têxtil foi impulsionada em todo o país (Stein 1957). Para alimentá-la, os trabalhadores foram obrigados a trabalhar dobrado ao passo que, em nome da 'segurança nacional', seus direitos trabalhistas foram severamente restritos. Com o fim da guerra—e a crise de hegemonia que assolou o governo Getúlio Vargas no período—as lutas sindicais começaram a ganhar momento; várias greves eclodiram por todo o país nesse período. Esse foi também o momento em que os operários da Fábrica São Braz

---

<sup>13</sup> Tomo emprestada a expressão utilizada por José Sérgio Leite Lopes (1988) para caracterizar um processo semelhante que tinha lugar nas fábricas de Paulista, Pernambuco.

começaram a desmascarar a suposta 'benevolência' dos patrões, participando dos movimentos grevistas liderados por seus sindicatos.<sup>14</sup>

Surpreendentemente, porém, a memória social de Plataforma sobre esses movimentos é consideravelmente vaga e fragmentada, sobretudo no que tange às operárias. Na verdade, há uma clara distinção entre as memórias das mulheres e as dos homens, sendo as lembranças das mulheres que se mostram mais fragmentadas e negativas. De fato, embora os velhos operários nem sempre concordem quanto às principais greves da categoria, eles se recordam do ano em que tiveram lugar, eles são assertivos quanto aos seus objetivos e bastante positivos quanto aos seus resultados.<sup>15</sup> Em contrapartida, as mulheres demonstram pouca lembrança ou mesmo pouco interesse em discuti-las, afirmando desconhecem os motivos das greves e questionando seus resultados. Quando falam das greves, lembram-se quase que tão somente da 'confusão' e da 'violência' que acompanhavam tais movimentos, negando sua participação nos mesmos. Tal qual expresso nos depoimentos de algumas das operárias:

*"Teve greve sim, o povo saía tudo, mas só era um dia. Eu nunca me meti. Povo lá é que fazia.*

*"Eu só lembro de uma greve. Teve muita pancadaria nos operários que participaram."*

*"Eu nunca me meti nessas coisas. Nunca me meti na confusão. Ia pra casa porque tinha mais o que fazer em casa."*

Sem dúvida, conforme ressaltam James Fentress e Chris Wickham (1992:xi), a memória social é geralmente seletiva senão 'distorcida'. No entanto, o fato da memória das mulheres diferir a esse ponto daquela revelada pelos homens, é um indicativo de que sua experiência nessas

---

<sup>14</sup> Sobre esses movimentos na Bahia, consulte-se Vasquez (1988). Sobre movimentos grevistas na Bahia no período que antecede o estabelecimento do Estado Novo, veja-se Fontes (1983).

<sup>15</sup> Segundo afirmou um dos deponentes: "Foi declarada uma greve que eu acho que foi em 45, essa foi a maior... Aqui se eu não me engano, aqui em Salvador tinha umas nove fábricas, todas as nove entraram em greve... Teve grande resultado mesmo, isso teve. Eles [os patrões] diziam que eram os comunistas, botavam a culpa no comunismo, embora não fosse o comunismo. Não era, era porque as pessoas queriam aumento."

greves foi bastante distinta. Nesse sentido, as palavras de Fentress e Wickham também são pontuais:

*As histórias de vida das mulheres dão menor espaço, ou espaço diferente à história 'pública' em comparação aos homens, pela simples razão de que as mulheres se envolveram menos, ou se envolveram de maneira que criassem diferentes tipos de perspectivas (1992:141).<sup>16</sup>*

Embora as antigas operárias entrevistadas tenham negado qualquer participação mais direta nessas greves, é claro que ao pararem suas máquinas (como a maior parte afirma ter assim procedido), elas participaram desses movimentos paredistas mesmo que a contragosto. E cumpre assinalar, na Fábrica São Braz o sucesso desses movimentos dependia principalmente das mulheres, já que elas representavam a grande maioria dos trabalhadores nas linhas de produção; qualquer greve estaria fadada ao fracasso sem a mobilização das mulheres. Mas se por um lado elas afirmam terem seguido as palavras de ordem do sindicato desligando suas máquinas, por outro, assinalam que iam direto 'para casa' depois de fazê-lo, lá permanecendo pelo tempo de duração das greves.

Isso não significa, necessariamente, uma suposta 'alienação' ou 'falta de consciência' por parte das mulheres. Justiça seja feita, são precisamente as mulheres que se recordam, com maior nitidez, tanto dos baixos salários e das condições precárias de trabalho a que se viam submetidas, descrevendo com detalhes os muito acidentes ali sofridos, quanto dos atos despóticos praticados pelos supervisores contra os subordinados. Ademais, são também as mulheres que se mostram mais enfáticas quando falam da solidariedade demonstrada por colegas no *shopfloor*, rememorando a cumplicidade sempre existente entre elas na resistência quotidiana à disciplina imposta pelo regime fabril.

A participação marginal das mulheres nos movimentos de classe, deve portanto ser explicada não em termos de uma 'falta de consciência', mas em função desses movimentos serem iniciados e liderados pelos sindicatos.

Nesse ponto, cumpre ressaltar que embora teoricamente, as organizações sindicais estivessem abertas para homens e mulheres, na prática, ou melhor, na medida do que foi possível verificar, as mulheres não participavam da vida sindical. Na verdade, tal qual ocorria no início do século quando muitos sindicatos não aceitavam mulheres (Pena 1981, Rago 1985, Hahner 1986), na Bahia, no período em questão, os caminhos de recrutamento das mulheres continuavam bloqueados pela ideologia de gênero em vigor.

Note-se que as próprias mulheres interiorizavam essa ideologia, definindo suas responsabilidades enquanto donas de casa e mães como sendo prioritárias. E mesmo quando pensavam ao contrário e dispunham do tempo necessário para participarem de reuniões e assembleias sindicais, tinham que enfrentar os homens que, na maioria das vezes, se opunham à sua presença em tais eventos, vez que estes eram considerados espaços ‘masculinos’, não de interesse das mulheres. Como várias antigas operárias afirmaram: “*Os sindicatos eram dos homens. Não eram das mulheres.*”

Tal percepção extrapolava a simples definição de espaços próprios de atuação para homens e mulheres. Na perspectiva de algumas das operárias entrevistadas, os problemas enfrentados pelas mulheres na fábrica não faziam parte das preocupações sindicais. Segundo confidenciou-nos D. Telma, uma das mais articuladas antigas operárias de Plataforma: “*Os sindicatos ? Os sindicatos não faziam nada pelas mulheres, de jeito nenhum.*”

### **O ‘Bloco do Bacalhau’ em Retrospectiva**

Ao reconstruir aqui a vida social em Plataforma na primeira metade deste século, procurei demonstrar que as relações de gênero ali tecidas não eram fixas e sim fluidas, variando de acordo com as esferas ou espaços em que homens e mulheres se confrontavam. Mais precisamente, argumentei que situações distintas—até mesmo contraditórias e conflitantes—se

---

<sup>16</sup> Para discussões sobre o ‘gênero da memória’, veja-se, por exemplo, Perrot (1989) e Bertaux-Wiame (1982).

esboçavam entre o que ocorria, de um lado, na fábrica e nos sindicatos e, de outro, na esfera doméstica. Isso contribuía para que homens e mulheres vivenciassem o trabalho na fábrica de maneira distinta, tivessem domínios de influência distintos e confrontassem lutas diferentes. Mais precisamente, a ideologia patriarcal de gênero dominante e, no particular, a ênfase dada à domesticidade feminina e posta a serviço do paternalismo industrial, agia de forma a construir um linha divisória de gênero na força de trabalho que se contrapunha às alianças de classe, bloqueando o acesso das mulheres à proteção e ao poder dos sindicatos.

É portanto sob essa luz que o Bloco do Bacalhau assume diferentes contornos—pode ser visto como um veículo para o protesto das operárias. Mas em consonância com a linha divisória de gênero construída entre homens e mulheres, essa manifestação não tinha uma conotação de ‘classe’ e sim de ‘sexo’: de fato, tratava-se de um rito de inversão da ordem hierárquica de gênero vigente.

Nesse sentido, vale aqui enfatizar que as conotações sexuais que envolviam tal performance são certamente óbvias. ‘Bacalhau’, como se sabe, além de ser nome de um ‘peixe’, é também um dos termos populares referentes à genitália feminina, especificamente à vulva, devido a suposta semelhança de odores existentes entre um e outro quando a mulher não faz a higiene necessária. Essa associação foi feita para mim por Seu José, um antigo operário, quando perguntei-lhe por que o nome ‘Bloco do Bacalhau’. Escondendo um sorriso malicioso ao mesmo tempo em que procurava demonstrar seu respeito por mim, a ‘professora’, Seu José explicou:

*Bem, a senhora sabe como é, as operárias saiam no Bacalhau logo depois do trabalho, logo depois de um dia inteiro de trabalho, elas vinham suadas, sabe como é... Aí então o povo dizia: ‘olha, lá vem o Bacalhau...’*

Em Plataforma, ninguém se lembra ao certo em que ano o Bloco começou a sair nas ruas nem de quem partiu a iniciativa de organizá-lo. Alguns discordam se, de fato, o Bloco sempre saía no sábado de carnaval. No

entanto, todos concordam que embora homens também participassem da festa, cantando e dançando ao lado do bloco, este era considerado essencialmente um bloco de mulheres, um bloco de operárias.

Mais do que uma celebração de música e dança pelas ruas, entretanto, o Bacalhau era uma espaço privilegiado no qual as mulheres deixavam de lado a sua suposta passividade e recato, tomando iniciativas que eram comumente vistas como privilégio masculino. No Bacalhau, as mulheres é que convidavam os homens para dançar, revertendo assim seu papel nas iniciativas sexuais. Da mesma maneira, no Bacalhau, as mulheres cantavam cantigas cheias de conotações sexuais o que, em outras circunstâncias, era considerado totalmente impróprio para lábios e vozes femininas. Este era precisamente o caso do 'grito de guerra' do Bacalhau, repetido diversas vezes pelas integrantes do bloco no cortejo:

*Olha o Bacalhau enfiado no pau,  
Olha o Bacalhau enfiado no pau,  
Lá vem o Bacalhau enfiado no pau...*

Como se sabe, 'pau' é um dos diferentes termos populares usados para 'pênis' e algumas das mulheres carregavam como estandarte, pedaços de bacalhau enfincados em varetas. Esse comportamento por parte das mulheres ia totalmente contrário a ordem social de gênero prevalente. De fato, assim como nos ritos agrícolas descritos por Max Gluckman (1969:110) nos quais as mulheres e meninas Zulu, na África, "*cometiam obscenidades em público agindo como se fossem homens*", também as mulheres de Plataforma encenavam uma reversão de papéis.

Gluckman denominou tais ritos de 'rituais de rebelião', propondo que eles geralmente têm lugar em sociedades hierarquizadas e em instâncias em que veículos formais para a manifestação de questionamentos existentes em relação a ordem social vigente estão ausentes ou bloqueados, reprimidos pela força ou inibidos por costume. Segundo Gluckman, tais rituais são permitidos justamente porque eles são temporários; mas ele ressalta, "*socialmente, o relaxar dos tabus e restrições costumeiros obviamente serve*

*para enfatizá-los*" (1969:114). Como faz Victor Turner (1968), entretanto, Gluckman entende que rituais de rebelião preservam o *status quo*, ao oferecerem, periodicamente, uma válvula de escape, ainda que controlada, para os conflitos. Na perspectiva desses autores, esses rituais não teriam portanto um efeito 'revolucionário' e sim de 'catarse', reforçando as hierarquias existentes justamente por encenarem o reverso da medalha como o burlesco e ridículo.

Mais recentemente, entretanto, "rituais de rebelião" ou de "conflito" têm recebido novas interpretações. Por exemplo, na sua análise sobre as comemorações do *Black Saturnalia* nas Antilhas e no Caribe, Robert Dirks (1987, 1988) afirma que a reversão ritualizada de papéis encenada outrora pelos escravos nesses festivais, não se consistia necessariamente numa negação da ordem estabelecida, mas sim em uma encenação jocosa do que realmente acontecia. Segundo Dirks, enquanto os escravos comumente furtavam comida de seus senhores no dia a dia, durante os rituais do *Black Saturnalia*, eles "*dançavam até a porta da casa em grupos, figurativamente demandando comida de outra feita tirada às escondidas*" (1987:187).

Por outro lado, Natalie Zemon Davis (1990) tem chamado atenção para a possibilidade de diferentes interpretações para a inversão simbólica dos papéis femininos que tinha lugar na manifestações populares na Europa pré-industrial. Segundo Davis, as caracterizações do que ela denomina de 'as mulheres por cima', tinham uma dupla imagem. De um lado, tais caracterizações racionalizavam a subordinação das mulheres pondo em destaque o reverso; de outro, essa imagem invertida das mulheres, era muitas vezes utilizada nas lutas e rebeliões que contestavam a ordem estabelecida. Nas palavras de Davis: "*A regra ímpar da mulher por cima confirmou a sujeição em toda a sociedade, mas também promoveu a resistência a ela*" (1990:127).

Baseando-se nessas observações de Robert Dirks e Nancy Zemon Davis, Daniel Linger (1992) recomenda cautela na análise da 'rebelião ritualizada.' Diz ele: "*Precisamos prestar muita atenção ao que está sendo*

*invertido; de qualquer forma, o evento provavelmente comunica mensagens diversas, possivelmente contraditórias”* (1992:12).

Sigo aqui as recomendações de Linger, principalmente porque ele se refere ao carnaval, o carnaval brasileiro. E para Linger, nosso carnaval é um ritual de inversão e conflito que se mostra multi-valente e ambíguo. Acredito que isso se aplica ao caso do Bloco do Bacalhau, aqui descrito. No particular, é meu entender que, como na interpretação de Gluckman e Turner, o Bloco servia de veículo para que as mulheres dessem vazão ao seu descontentamento contra a situação então vigente, dando lugar à encenação de uma inversão de papéis, que racionalizava a subordinação das mulheres tornando o reverso, ridículo. Entretanto, isso melhor se aplicava à situação vivenciada por elas na fábrica e em relação aos sindicatos, mas não necessariamente quanto ao que se passava na vida doméstica e na comunidade como um todo. Ao contrário, nessa perspectiva, o Bloco do Bacalhau como um ritual de rebelião, não envolvia uma negação. Quando as mulheres saíam às ruas no Bloco, elas encenavam, simbolicamente, o importante papel que lhes cabia como ‘chefes’ *de facto* na família e como articuladoras das redes de vizinhança no bairro.

Com efeito, assim como o Bacalhau saía dos portões da fábrica para atravessar as ruas do bairro, também os papéis desempenhados pelas mulheres cruzavam os limites entre local de trabalho, casa e vizinhança. E nessas esferas de atuação, ou seja, nos espaços de reprodução, as mulheres estavam longe de incorporar a imagem da operária dócil e subordinada que a ideologia patriarcal teimava em lhes atribuir.

## **BIBLIOGRAFIA**

ALVIM, Maria Rosilene Barbosa, 1979. “Notas sobre a família num grupo de operários têxteis.” *In*: J. S. Leite Lopes (org.), *Mudança Social no Nordeste: a reprodução da subordinação*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

BERTAUX-VIAME, Isabelle, 1982. “The life history approach to the study of internal migration.” *In*: P. Thompson (ed.), *Our Common History*. Londres.

BEVILAQUA, Samira, 1992. *Mulheres na Indústria Baiana: um estudo sobre tecelãs*. Monografia de conclusão do Curso de Bacharelado em Ciências Sociais, Salvador: Universidade Federal da Bahia.

BLAY, Eva, 1985. *Eu Não Tenho Onde Morar: vilas operárias na cidade de São Paulo*. São Paulo: Nobel.

BORGES, Dain, 1992. *The Family in Bahia, Brazil, 1870-1945*. Stanford: Stanford University Press.

CANO, Wilson, 1977. *Raízes da Concentração Industrial em São Paulo*. São Paulo: Difel.

CHALOUB, Sidney, 1986. *Trabalho, Lar e Botequim: O cotidiano de trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque*. São Paulo: Brasiliense.

DA MATTA, Roberto, 1978. *Carnavais, Malandros e Heróis*. Rio de Janeiro: Zahar.

DAVIS, Natalie Zemon, 1990. "As mulheres por cima." In: \_\_\_\_\_, *Culturas do Povo: sociedade e cultura no início da França Moderna: oito ensaios*. Tradução de Mariza Corrêa. Rio de Janeiro: Paz e Terra..

DIRKS, Robert, 1987. *The Black Saturnalia: Conflict and Its Ritual Expression on British West Indian Slave Plantations*. Gainesville: University of Florida Press.

\_\_\_\_\_, 1988. "Annual rituals of conflict". *American Anthropologist* 90(4):856-870.

FARIA, Vilmar E., 1990. "Divisão inter-regional do trabalho e pobreza urbana: o caso de Salvador." In: G. A. de Souza e V. E. Faria (orgs.), *Bahia de Todos os Pobres*. Petrópolis: Vozes.

FENTRESS, James & WICKHAM, Chris, 1992. *Social Memory*. Cambridge: Blackwell.

FONSECA, Cláudia, 1989. "Pais e filhos na família popular (início do século XX)". In: M Angela D'Incao (org.), *Amor e Família no Brasil*. São Paulo: Contexto, pp.:95-128.

FONTES, José Raymundo, 1982. *Manifestações Operárias na Bahia. O movimento grevista, 1888-1930*. Dissertação de Mestrado. Salvador, Bahia: Mestrado em Ciências Sociais da Universidade Federal da Bahia.

FRANCO, Tania, 1983. *O Processo de Trabalho na Indústria Têxtil: Um Estudo de Caso*. Dissertação de Mestrado. Salvador, Bahia: Mestrado em Ciências Sociais da Universidade Federal da Bahia.

GLUCKMAN, Max, 1954. *Rituals of Rebellion in South-East Africa*. Manchester: Manchester University Press.

\_\_\_\_\_, 1969. *Custom and Conflict in Africa*. New York: Barnes and Noble.

HAHNER, June E., 1986. *Poverty and Politics: The Urban Poor in Brazil, 1870-1920*. Albuquerque, New Mexico: University of New Mexico Press.

HALL, Jacquelyn Dowd et alli, 1987. *Like a Family: The Making of a Southern Cotton Mill World*. New York: W.W. Norton & Company.

LEITE LOPES, José Sérgio, 1988. *A Tecelagem dos Conflitos de Classe na Cidade das Chaminés*. São Paulo: Marco Zero.

LINGER, Daniel, 1992. *Dangerous Encounters. Meanings of Violence in a Brazilian City*. Stanford: Stanford University Press.

MANTOUX, Paul, 1961 (1928). *The Industrial Revolution in the Eighteenth Century*. New York: Harper & Row.

MOURA, Esmeralda Blanco B., 1982. *Mulheres e Menores no Trabalho Industrial: os fatores sexo e idade na dinâmica do capital*. Petrópolis: Vozes.

PARKER, Richard, 1992. *Corpos, Prazeres e Paixões. A cultural sexual no Brasil contemporâneo*. São Paulo: Best-Seller.

PARR, Joy, 1990. *The Gender of Breadwinners. Women, Men and Change in Two Industrial Towns, 1880-1950*. Toronto: University of Toronto Press.

PENA, Maria Valéria Junho, 1981. *Mulheres e Trabalhadoras*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

PEREIRA, Vera, 1979. *O Coração da Fábrica*. Rio de Janeiro: Campus.

PEREIRA DE QUEIROZ, Maria Isaura, 1987. "Carnaval brasileiro: da origem européia ao símbolo nacional". *Ciência e Cultura*, Vol. 39, No.8, pp.:717-729.

PEREIRA DOS SANTOS, Luís, 1937. *Consolidação das Leis Trabalhistas*. Rio de Janeiro: Livraria Jacintho.

PINHO, Péricles Madureira, 1944. *Luís Tarquínio - Pioneiro da Justiça Social no Brasil ?* Salvador: Imprensa Vitória.

RAGO, Margaret, 1985. *Do Cabaré ao Lar: A utopia da cidade disciplinar, Brasil 1890-1930*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

SAFFIOTI, Heleieth I.B., 1981. *Do Artesanal ao Industrial: a exploração da mulher*. São Paulo: Hucitec.

SAMPAIO, José L. Pamponet, 1975. *Evolução de uma empresa no contexto da industrialização brasileira. A Companhia Empório Industrial do Norte - 1891-1973*. Dissertação de Mestrado. Salvador, Bahia: Mestrado em Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia.

SARDENBERG, Cecilia M. B., 1997. *In the Backyard of the Factory: Gender, Class, Power and Community in Bahia, Brazil*. Ph.D. dissertation, Boston University, Boston. Ann Arbor, Michigan: UMI Dissertation Services.

STEIN, Stanley, 1957. *The Brazilian Cotton Manufacture*. Cambridge, Mass.: Harvard University Press.

TAVARES, Luis Henrique Dias, 1965. *O Problema da Involução Industrial na Bahia*. Salvador: Universidade Federal da Bahia.

TURNER, Victor, 1969. *The Ritual Process: Structure and Anti-Structure*. Ithaca, New York: Cornell University Press.

\_\_\_\_\_, (ed.), 1982. *Celebration: Studies in Festivity and Ritual*. Washington, D.C.: Smithsonian Institution Press.

\_\_\_\_\_, 1983. "Carnaval in Rio: Dionysian drama in an industrializing society" In: Frank E. Manning, ed, *The Celebration of Society*. Bowling Green, Ohio: Bowling Green University Popular Press.

VASQUEZ, Petilda, 1988. *Movimentos Sindicais na Bahia no Interstício Democrático, 1945-1947*. Dissertação de Mestrado. Salvador, Bahia: Mestrado em Ciências Sociais da Universidade Federal da Bahia.

WOORTMAN, Klaas, 1987. *A Família das Mulheres*. Rio de Janeiro: Tempo Universitário.